

Arbitragem, Mediação e Outros Métodos de Solução de Conflitos Envolvendo o Poder Público

2019

Mauricio Morais Tonin

**ARBITRAGEM, MEDIAÇÃO E OUTROS MÉTODOS DE SOLUÇÃO
DE CONFLITOS ENVOLVENDO O PODER PÚBLICO**

© Almedina, 2019

Autor: Mauricio Morais Tonin

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9788584934720

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Tonin, Mauricio Morais
Arbitragem, mediação e outros métodos de solução
de conflitos envolvendo o poder público / Mauricio
Morais Tonin. -- São Paulo : Almedina, 2019.

Bibliografia.
ISBN 978-85-8493-472-0

1. Arbitragem (Direito) 2. Direito administrativo
3. Mediação - Brasil 4. Processo civil 5. Solução de
conflitos (Direito) I. Título.

19-23702

CDU-347.918(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Arbitragem, mediação e outros métodos de solução de conflitos : Poder público : Direito
processual 347.918(81)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Fevereiro, 2019

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	7
Apresentação.....	9
Prefácio.....	13
Lista de Abreviaturas	15
 Introdução.....	 21
 1. Administração Pública Litigante	 27
1.1. Poder Judiciário e Poder Público	27
1.1.1. Estado-Juiz e Estado-Parte	33
1.1.2. A Administração Pública como Maior Litigante no Poder Judiciário	37
1.1.3. Litigiosidade e Litigância Repetitiva	40
1.1.3.1. Execução Fiscal	45
1.1.3.2. Julgamento de Casos Repetitivos	48
1.1.4. Judicialização de Políticas Públicas	50
1.1.5. Estado e Pacificação Social.....	55
1.2. Os Desafios Para a Crise da Justiça.....	58
 2. Sistema Multiportas de Solução de Controvérsias: Abertura ao Poder Público .	 63
2.1. Meios Alternativos ou Adequados de Solução de Controvérsias?.....	63
2.2. Autocomposição e Heterocomposição.....	68
2.2.1. Transação.....	72
2.2.1.1. Competência para Transacionar	75
2.3. Meios de Solução de Conflitos	78
2.3.1. Negociação.....	81
2.3.2. Mediação.....	82
2.3.3. Conciliação	84
2.3.4. Arbitragem	86
2.3.5. Dispute Board (Comitê de Prevenção e Solução de Disputas)	88

2.3.6. Outros Métodos.....	90
2.3.7. Design de Sistemas de Disputas.....	91
2.4. Políticas de Estímulo à Utilização de Meios Alternativos	92
2.4.1. Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça	97
2.4.2. Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos – CEJUSCs	100
2.4.3. Juizados Especiais Federais e Juizados Especiais da Fazenda Pública	103
2.4.4. Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF....	105
2.4.5. Câmaras Especializadas	107
2.4.6. Câmaras de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos	108
2.5. Supostos Obstáculos aos Meios Alternativos para o Poder Público	109
2.5.1. A Ilegalidade na Não Realização do Acordo	112
2.6. Consensualidade na Solução de Conflitos Envolvendo o Poder Público.....	113
2.6.1. Consensualidade na Administração Pública.....	113
2.6.2. Princípio da Indisponibilidade do Interesse público	122
2.6.2.1. Princípio da Supremacia do Interesse Público Sobre o Privado	122
2.6.2.2. Interesse Público e Interesse da Administração Pública.....	129
2.6.3. Bens Públicos	135
2.6.3.1. Direitos Patrimoniais Disponíveis	137
2.6.4. Direitos Indisponíveis que Admitem Transação	145
2.7. Estratégias para o Uso dos Meios Alternativos pelo Poder Público.....	146
3. Meios Consensuais e Administração Pública	155
3.1. Negociação Como Meio Consensual de Solução de Conflitos.....	158
3.2. Negociabilidade Subjetiva	161
3.2.1. Autoridade Competente para Negociar	164
3.3. Negociabilidade Objetiva.....	165
3.4. Requisitos de Validade da Solução Negociada	167
3.5. Métodos de Negociação	170
3.5.1. Negociação Baseada em Princípios.....	172
3.5.2. Comunicação Não-Violenta	180
3.5.3. A Utilização dos Métodos de Negociação pelo Poder Público	184
3.6. Negociação com a Administração Pública	186
3.7. Conciliação com a Administração Pública	186
3.8. Mediação com a Administração Pública.....	191
3.8.1. Principais Técnicas de Mediação.....	195
3.9. O Mediador na Mediação com a Administração Pública	198
3.10. Câmaras Administrativas de Solução de Conflitos	201
3.11. Solução Consensual em Matéria Tributária.....	204
3.12. Procedimento Administrativo de Reparação de Danos.....	205
3.13. Acordos para Ajuste de Conduta.....	208

3.13.1. Termo de Ajustamento de Conduta – TAC	209
3.13.2. Termo de Compromisso para Substituição de Sanção	217
3.14. Acordo por Adesão	220
3.15. Advocacia Pública nos Meios Consensuais de Solução de Conflitos	222
3.16. Negócio Jurídico Processual e a Fazenda Pública	224
3.17. Cumprimento da Obrigação pela Administração Pública	228
3.18. Administração Pública Mediadora de Conflitos.....	233
4. Arbitragem e Administração Pública	237
4.1. Notas Introdutórias à Arbitragem	237
4.2. Arbitragem para Solução de Conflitos Envolvendo o Poder Público.....	243
4.2.1. Previsão Legal	248
4.2.1.1. Legislação Estrangeira	252
4.2.2. Argumentos Contrários à Arbitragem	254
4.2.2.1. Posição do Tribunal de Contas da União – TCU.....	261
4.3. Arbitrabilidade Subjetiva.....	264
4.4. Arbitrabilidade Objetiva.....	265
4.5. Convenção Arbitral.....	271
4.5.1. Autoridade Competente para Convencionar	277
4.5.2. Nomeação do Árbitro e da Câmara Arbitral.....	278
4.5.2.1. O Árbitro na Arbitragem com a Administração Pública	285
4.5.3. Língua, Sede e Legislação Aplicável.....	286
4.5.4. Arbitragem Exclusivamente de Direito	287
4.6. Arbitragem em Matéria Tributária	288
4.7. Procedimento Arbitral	290
4.8. Publicidade do Processo Arbitral	300
4.9. Arbitragem e Poder Judiciário	306
4.9.1. Medidas Antiarbitragem	307
4.9.2. Medidas de Urgência Contra a Administração Pública.....	311
4.10. Advocacia Pública na Arbitragem	313
4.11. Execução de Sentença Arbitral Contra a Administração Pública	314
Conclusão	319
Referências	329